



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

ATA NÚMERO UM MIL E UM

Aos nove dias do mês de setembro de 2024, às dezoito horas, reuniram-se em Sessão Ordinária, na Câmara Municipal de Vereadores, sita a Rua da Estação, mil e trinta e três, sala cento e dois, os seguintes Vereadores: o Presidente Mário César Ajala, o Vice Presidente Claudir Antônio Ludwig, a Segunda Secretária Jucelaine Poersch e os vereadores: Ademar Gauger, Bernardino Scuttá, Luciano Ricardo Sandrin e Laudir Abel. Suplente de Vereador que assume a vaga deixada pela Vereadora Diovana T. C. Zaro que solicitou afastamento do cargo pelo período de trinta dias a contar desta data. O suplente já prestou o juramento neste mandato, sendo assim o Presidente declarou Laudir Abel empossado do cargo. O Vereador Pedro Gilson não esteve presente na Sessão. A secretária leu um trecho da bíblia. A ata da Sessão anterior foi encaminhada para os vereadores para leitura, a qual foi aprovada por unanimidade. Foi lida a ementa dos projetos que deram entrada na Casa: PL 2896 - Suplementa por Superávit Financeiro no valor de R\$ 55.446,95. PL 2897 - Suplementa Verba Orçamentária por Superávit Financeiro no valor de R\$ 156.294,53. PL 2898 - Suplementa e Reduz Verba Orçamentária no valor de R\$ 120.000,00. Luciano solicitou para se manifestar antes da apreciação dos projetos referente aos últimos acontecimentos de maus tratos. O Presidente informou que esse assunto será discutido antes das considerações finais. Luciano disse que segundo o Regimento cada vereador tem o direito de se manifestar por dois minutos. O Presidente concedeu o espaço e Luciano inicia sua manifestação dizendo que é preciso levantar o assunto que está em alta nas redes sociais. Comenta que sabe do ocorrido há mais ou menos uma semana e que desde então vem procurando buscar informações e se inteirar do assunto, há relatos que outros fatos aconteceram além desse divulgado nas redes sociais e é de suma importância falar sobre o assunto. Comenta ainda que é preciso cautela por está se lidando com pessoas e principalmente com crianças. É preciso escutar os dois lados e entender o que de fato aconteceu. É preciso dar ênfase à Educação pois é com ela que se cria o futuro do Brasil. Solicita que seja enviado um ofício convocando a Secretaria da Educação para uma manifestação. O Presidente diz que a indignação não é só do colega, mas de todos os vereadores. Bernardino sugere que após a votação dos projetos fosse aberta uma discussão sobre essa temática. Passando a análise dos projetos foi lido projeto de Lei 2891 que autoriza o Poder Executivo a cobrar a Contribuição de Melhoria decorrente de obras públicas de pavimentação com blocos intertravados de concreto na Rua João Bassegio. O parecer da Comissão é favorável e o projeto foi colocado em discussão. Não havendo maiores considerações por parte dos vereadores, o projeto foi colocado em discussão. Em seguida foi lido projeto de Lei 2892 que autoriza o Poder Executivo a cobrar Contribuição de Melhoria decorrente de obras públicas de pavimentação com blocos intertravados de concreto na Rua Martim Lutero. A Comissão emitiu parecer favorável e o projeto foi colocado em discussão. Bernardino sugere que o valor pago pelos municípios como contribuição de melhoria deveria ser aplicado em um fundo específico, assim esse valor poderia ser aplicado em novos calçamentos. Luciano concorda, pois hoje não se sabe onde é aplicado o valor arrecadado com a contribuição de melhoria. Desta forma o projeto foi aprovado por unanimidade. Em seguida o presidente pediu a leitura da mensagem retificativa ao projeto de Lei 2895 que dispõe sobre a reserva de um percentual dos cargos e empregos públicos municipais para as pessoas com deficiência, nos termos do art. 37, inciso VIII da Constituição Federal de 1998. O projeto era objeto de pedido de vistas do vereador Bernardino, o qual liberou o mesmo para a pauta. Não havendo considerações, o projeto foi aprovado por unanimidade. O Presidente diz que ninguém está contente com o que está acontecendo em nosso município. Conforme o colega Bernardino solicitou, diz que será feita uma conversa ordenada. Diz que o Assessor Jurídico do Município está presente e ele poderia falar e em seguida ordenadamente cada vereador poderia fazer seus questionamentos. Luciano diz que a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

manifestação do Jurídico do Executivo deve ser votada, uma vez que ele não solicitou a manifestação por ofício trinta horas antes da sessão e nem tão pouco foi convocado pela Câmara. Bernardino diz que não tem objeção em ouvir a manifestação, mas num primeiro momento o assunto deveria ser discutido pelos vereadores. Questiona qual a participação dos vereadores perante os fatos. Luciano concorda que a discussão deve ser feita pelos vereadores. Laudir questiona como será o procedimento da discussão, pois o caso é de relevância importante, mas deve ser regrado. O Presidente sugere que cada vereador faça sua manifestação e que faça as devidas perguntas ao jurídico. Claudir concorda com a manifestação do Executivo e cabe aos vereadores fiscalizar que seja feita a coisa certa. Bernardino questiona o quanto os vereadores são corresponsáveis e quais são as atitudes do legislativo referente a isso. Laudir sugere que é preciso decidir o que a Câmara vai fazer, se vai acompanhar os processos ou se vai mais longe e abra uma CPI. Luciano concorda com uma CPI, pois é um caso grave. Jucelaine diz que está triste por ter que falar sobre assunto, independente de partido todos devem ser contra a esse tipo de atitude. A administração deveria ter se posicionado logo e não esperar que a mãe fosse numa rádio dar seu depoimento para então afastar as monitoras. Diz que teria vergonha de defender essa situação, não admite que sejam feitos comentários colocando em dúvida o histórico da mãe da criança. Independente de quem for é inadmissível o que aconteceu. É uma situação gravíssima e está se falando de seres humanos. Luciano diz que já vem acompanhando essa situação e outras também há mais de uma semana. Mário questiona o porquê o colega não denunciou a situação se já sabia do caso. Bernardino diz que é preciso discutir e decidir qual posição a Câmara vai tomar. Diz também que não cabe aos vereadores julgar a conduta inadequada das pessoas e complementa dizendo que se alguém estava sabendo e como legislador não fazer nada está sendo negligente. Luciano se defende dizendo que foi orientado a não se manifestar, pois a mãe ainda não tinha visto as imagens. Nestes casos as imagens deveriam ser liberadas na hora e não deveria haver a burocracia dos protocolos. Mário diz que se for aberta uma CPI, o colega Luciano poderia ser envolvido, pois segundo seu relato já sabia e nada fez. Luciano novamente se defende e diz que como Legislador quer averiguar os fatos e que não adianta jogar a responsabilidade pra cima dele. Bernardino diz que a discussão é o que a Câmara vai fazer efetivamente, não tem dúvidas que o Executivo vai fazer sua parte. Laudir diz que a Casa Legislativa tem autoridade para solicitar acompanhamento da questão em todas as esferas. Claudir diz que sempre defendeu o monitoramento nas escolas e quando soube do caso de imediato acionou o Prefeito. Bernardino comenta que até hoje em mais de trinta anos de município foi realizada uma única CPI referente a construção da creche da Linha Francesa. Após uma discussão sobre a manifestação do Executivo, Bernardino diz que não se opõe desde que não sejam permitidos questionamentos, uma vez que não é o momento para isso. Assim o Presidente passou a palavra ao assessor jurídico do município que falou sobre as sequências dos fatos. Lembra que se montada a CPI, a mesma tem direito de polícia, com acesso à todas as imagens e procedimentos. Sobre a liberação das imagens, diz que existe uma normatização sobre o assunto e na semana seguinte do ocorrido a mãe visualizou as imagens. O Secretário encaminhou ao jurídico do município já com o pedido de processo administrativo e o possível afastamento. Diz que na sexta a tarde o jurídico concluiu os pareceres. No sábado o Prefeito teve acesso as imagens e de imediato lançou a portaria de afastamento preliminar das servidoras. Até aquele momento não tinham a informação de que a mãe havia ido na rádio, havia apenas uma especulação sobre o assunto. Concorde que talvez pudesse ter sido dada maior serenidade ao assunto, mas optaram por seguir o procedimento. De maneira alguma o Executivo compactua com as questões de violência, todos sabem que as crianças precisam ser bem cuidadas. A sociedade tem um anseio de justiça, mas é preciso dar o contraditório e ampla defesa para todos. Neste caso se decidiu pelo afastamento preliminar e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES BARÃO - RS

informa que todos os procedimentos estão sendo feitos. Pede desculpa se houve alguma demora por parte do Executivo, mas a tempo o Executivo fez o que precisava ser feito. Agradece o espaço cedido. O Presidente agradeceu a manifestação. Bernardino coloca em pauta a instauração de uma CPI e uma Moção que poderia ser redigida em seguida. Após uma breve discussão Bernardino sugere que pode ser instaurada uma Comissão de acompanhamento, pois numa CPI seria realizado o mesmo serviço que será realizado pela comissão da Prefeitura e do Ministério Público. Ficou combinado que na próxima semana será definida a Comissão de acompanhamento. Nas considerações finais, Luciano agradece a presença de todos e espera que seja resolvida esta questão, a qual não deveria ter acontecido. Bernardino fala sobre a Associação dos Estudantes Universitários de Barão, comentando que a entidade não tem um espaço físico como sede. Os papéis referentes a entidade ficam arquivados na casa do presidente, o que não é certo, uma vez que a cada ano troca o Presidente. Claudir comenta que em ano eleitoral não é possível conceder, além disso é preciso ver a questão legal disso, uma vez que a associação recebe auxílio do município. Bernardino diz que gostaria que fosse encaminhado esse ofício ao Executivo. Comenta que nenhum vereador defendeu mais a educação nesta Casa do que ele. Faz uma reflexão sobre o que a Educação deve representar no seio da comunidade. Defende uma educação de qualidade e com valorização dos profissionais, mas a razão são as crianças. Diz que sua vida de professor é a maior prova do quanto ama a educação. Está triste com a realidade que precisa enfrentar, mas continua afirmando que o caminho continua sendo a educação. Laudir cumprimenta a todos e pede desculpas se utilizou palavras erradas na sessão. Se manifesta quanto o ocorrido dizendo que como Legisladores não se pode cair no oba-oba das redes sociais. É uma questão de falta conduta, pois aconteceu com profissionais contratados e efetivos. Diz que não se deve permitir agressão em qualquer fase, mas essa em especial é a mais frágil. Diz ainda que não se pode denegrir o trabalho que vem sendo construído ao longo de mais de trinta anos de município em função de um episódio. As pessoas responsáveis devem ser punidas na forma da Lei e espera-se que esses fatos não aconteçam mais. Jucelaine cumprimenta a todos e diz ao colega Bernardino que se forem buscar todas as atas onde consta contratação de professor ela foi favorável, mas não tem problema nenhum em dizer que hoje se arrepende. Talvez poderia ter agido de forma diferente. Pede desculpas ao colega Bernardino por pensar ou as vezes falar sobre o discurso repetitivo dele referente ao concurso público. Espera que as responsáveis sejam punidas por essa situação monstruosa, sendo que foi com um filho de alguém e poderia ter acontecido com o filho de qualquer pessoa. Que Deus abençoe esse menino que com certeza leva um trauma para a vida toda. Mário comenta que em sua profissão sempre utilizou o bom senso, repudia a situação e afirma que não se deve generalizar a classe, pois cada caso é um acaso. Diz que todos querem acompanhar e o que está errado tem que ser apontado. Claudir cumprimenta a todos e diz que ao saber da questão de imediato entrou em contato com o Prefeito e tão logo o Prefeito tomou as providências devidas. Nunca compactuou com as coisas erradas. Comenta que Barão é elogiado pelos municípios vizinhos pela qualidade dos serviços oferecidos na Educação. Diz que em 2019 quando o colega Bernardino era líder do Governo haviam trinta contratos, mas uma fila enorme de crianças aguardava sua vaga na creche. Hoje Barão tem trinta e nove contratos, mais dez para crianças especiais e foram criadas 130 vagas. Ele também fez várias emendas em prol de monitoramento. É preciso se preocupar com todas as crianças e buscar que todas sejam tratadas de forma igual. Comenta seus projetos referente a monitoramento dizendo que sempre foi um defensor da causa. Se propõe a participar da comissão pois acredita que ninguém deve ser conivente com as atrocidades. Lamenta o fato ocorrido e diz que é preciso ser pelo certo. Deseja a todos uma boa semana. Bernardino pede um aparte e diz que em momento algum fez menção a esta ou aquela administração, o respeito é sempre mais importante ainda mais quando se fala em



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

educação. É preciso medir as palavras e sempre continuará a ser um defensor da educação pois ela é para nossos filhos. Ademar Gauger diz que ficou sabendo apenas hoje, acredita que as responsáveis devem ser punidas pois são pagas com o dinheiro do povo. Sendo o que constava na pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos declarando encerrada a de Sessão Ordinária do dia 09 de setembro de 2024. Assim sendo, lavro esta ata após lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes na aprovação da mesma.

Mário Cesar Ajala
Presidente

Claudir Antônio Ludwig
Vice Presidente

Laudir Abel
Vereador

Jucelaine Poersch
Segunda Secretária

Ademar Gauger
Vereador

Bernardino Scuttá
Vereador

Pedro Gilson Jahn
Vereador

Luciano Ricardo Sandrin
Vereador

Ademar Bourscheid
Vereador